

HABEAS CORPUS Nº 547.572 - RJ (2019/0352121-2)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : CARLOS DONATO FRANCO DE ALMEIDA SERRA
ADVOGADO : CARLOS DONATO FRANCO DE ALMEIDA SERRA - RJ140823
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : RAFAEL AVILA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS À ANÁLISE DA CONTROVÉRSIA. LITISPENDÊNCIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de RAFAEL AVILA apontando como Autoridade Coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro no julgamento do HC n.º 0072710-86.2018.8.19.0000.

Narra que o Paciente "*é policial militar e foi denunciado pela DRACO, em virtude de investigação que envolve seu nome com milicianos*"; que possui "*residência fixa e domicílio no seu Batalhão de serviço, sua atividade laboral lícita*" (fls. 05-06).

A Parte Impetrante alega, em suma, que o Paciente possui as condições pessoais favoráveis e que a prisão preventiva foi decretada tendo como base fundamentos abstratos.

Requer, em medida liminar e no mérito, a concessão da liberdade provisória.

É o relatório. Decido.

Verifico não ser possível analisar a viabilidade do pleito deduzido, diante da instrução deficitária do *writ*, visto que a Parte Impetrante **não acostou aos autos cópia integral** de peça processual que comprove o alegado na inicial – no caso, **do decreto prisional e do acórdão impugnado**, juntou, tão somente, cópia da denúncia –, o que inviabiliza a análise do constrangimento ilegal alegado.

Como se sabe, **competete à Defesa narrar e instruir completa e adequadamente o *habeas corpus* (ou seu respectivo recurso)** – v.g. STJ, HC

245.430/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 21/02/2013, DJe 28/02/2013.

Dessa forma, como a Defesa não se desincumbiu do ônus de formar adequadamente os autos, olvidando-se de que o *habeas corpus* "*pressupõe prova pré-constituída do direito alegado*" (STJ, HC 437.808/RJ, Rel. Min. JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe de 28/06/2018), não há como apreciar o mérito do *writ*.

No mesmo sentido: HC n.º 508.081/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe de 08/05/2019; HC n.º 507.614/ES, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, DJe de 08/05/2019; HC n.º 507.591/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe de 08/05/2019; HC n.º 507.828/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJe de 08/05/2019.

Verifico, ainda, que, mesmo que a Parte Impetrante tivesse juntado o ato impugnado nestes autos, **no HC n.º 497.847/RJ**, também de minha relatoria, foi formulada idêntica pretensão, em favor do mesmo Paciente, no qual se sustentou, igualmente, as eventuais condições pessoais favoráveis e que a prisão preventiva teria sido abstratamente decretada.

Portanto, vejo que a presente impetração nada mais é do que mera **reiteração** de pedido anterior, em que há identidade de partes, de pedido e de causa de pedir, além de impugnarem ambas o mesmo acórdão.

Ocorre que não podem ser processados nesta Corte, concomitantemente, *habeas corpus* nos quais se constata **litispendência**, instituto que se configura exatamente quando há igualdade de partes, de objeto e de causa de pedir. Além da preocupação com a economia processual, há o "*propósito de evitar a ocorrência de decisões contraditórias*" (STJ, REsp 88.354/SP, Rel. Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS, Primeira Turma, DJ 02/09/1996).

De fato, "*configura litispendência a reiteração de pedido idêntico ao formulado em habeas corpus antecedente que ainda se encontra em curso*" (RHC 36.788/SP, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, julgado em 06/06/2013, REPDJe 02/08/2013, DJe 17/06/2013).

Superior Tribunal de Justiça

Conclui-se, assim, pela inadmissibilidade do *mandamus*, porquanto “*não pode ser conhecida a impetração que veicula mera reiteração de pedido já formulado em writ anteriormente impetrado nesta Corte*” (AgRg no HC 286.354/AC, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 15/05/2014, DJe 23/05/2014).

No mesmo sentido, v.g.: RCD no HC 423.298/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 04/12/2017; AgRg no HC 404.890/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 27/11/2017.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 34, inciso XX, e 210 do RISTJ, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora